

Nome do Candidato

Inscrição

Prova

Direito Constitucional
Direito Administrativo
Direito Penal
Direito Processual Penal
Direito Civil
Direito Processual Civil

Instruções

01. Escreva seu nome de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
02. A prova terá duração de 5(cinco) horas, incluído o tempo para o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS.
03. Ao receber a autorização do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita após iniciada a prova.
04. Verifique se este caderno de provas contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
05. Para cada questão há quatro opções: A, B, C, D. Apenas uma delas está correta.
06. Leia cuidadosamente cada uma das questões e marque a opção de sua escolha. Esta resposta deve ser assinalada na FOLHA DE RESPOSTAS que será entregue decorrida 1(uma) hora do início da prova.
07. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões são representadas pelos seus respectivos números. Preencha, completamente, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas, conforme o exemplo:

A	B		D
----------	----------	---	----------
08. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda, rasura, uso de corretivo ou para qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
09. Preencha o CARTÃO DE RESPOSTAS com o seu nome e número de inscrição e assine-o antes de entregar.
10. Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tablet, celular, page, etc.)
11. Ao final da prova há um Gabarito Rascunho, no qual o candidato poderá, se assim o desejar, anotar suas respostas para comparação com o Gabarito Oficial, quando de sua divulgação.
12. Ao terminar a prova, entregue este CADERNO DE PROVAS e o CARTÃO DE RESPOSTAS ao Fiscal de Sala.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. A remoção de ofício dos membros do Ministério Público da União:

- a) ocorrerá somente por motivo de interesse público, por iniciativa do Procurador-Geral, mediante decisão do Conselho Superior, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa;
- b) é totalmente vedada pela Constituição Federal, em virtude da garantia da inamovibilidade, que se destina a proteger a função de seus agentes políticos;
- c) ocorrerá em virtude da conveniência do serviço, mediante autorização expressa do Conselho Superior do Ministério Público Federal;
- d) somente será admitida por interesse do serviço, exigidas a anuência do interessado e da autorização do corregedor-geral;

2. Assinale a assertiva correta sobre direitos e garantias fundamentais:

- a) o domicílio é asilo inviolável, não podendo ser adentrado pela autoridade pública, mesmo em caso de flagrante delito, a não ser durante o dia;
- b) a prova obtida mediante gravação ambiental por um dos interlocutores de conversa mantida sem o conhecimento do outro, sem prévia autorização judicial, é válida;
- c) as comunicações escritas são indevassáveis, não podendo serem exibidas em juízo, nem pelo próprio destinatário, sob pena de violação inconstitucional ao direito à intimidade;
- d) não é necessária a imediata remessa dos autos ao tribunal competente quando, durante a investigação criminal, surgirem indícios da participação de autoridade com foro por prerrogativa de função; neste caso, ao final das investigações, caso sua responsabilidade reste comprovada, os autos serão remetidos ao membro do Ministério Público que atua perante o tribunal competente para que, caso entenda, instaure a ação penal;

3. Assinale a alternativa correta:

- a) cabe Mandado de Segurança contra ato judicial para impugnar decisão transitada em julgado;
- b) o Mandado de Segurança Coletivo visa a proteção dos interesses difusos, ainda que ultrapassem os interesses de grupos específicos, como o meio ambiente, direito do consumidor, bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
- c) o Mandado de Segurança é remédio jurídico-constitucional inadmissível em matéria criminal;
- d) o "Habeas Corpus" é o único remédio constitucional que, no curso do processo, pode ser concedido de ofício pelo Juiz ou Tribunal.

4. Sobre o direito ao meio ambiente hígido e sua proteção constitucional, assinale a assertiva correta:

- a) as condutas consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores à sanção penal desde que comprovada, no âmbito civil, a responsabilidade pela reparação do dano;
- b) o direito ao meio ambiente hígido deve sofrer ponderação com o direito ao desenvolvimento econômico, a fim de identificar qual deles deve prevalecer no caso concreto;
- c) o estudo de impacto ambiental será dispensado, independente do porte do empreendimento, se não houver prévia demonstração de que algum dano ambiental possa ocorrer em decorrência

daquele;

d) a responsabilidade pela reparação dos danos ambientais independe da comprovação da culpa e dolo, devendo o degradante ser compelido a reparar os danos causados, tendo por primazia o resultado específico.

5. Quanto à administração pública, assinale a opção correta:

a) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados ou acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

b) se a autoridade pública, dentro do prazo de validade do concurso público, abrir novo certame para idêntica finalidade, os candidatos aprovados no certame anterior, mas não convocados, serão convocados prioritariamente com relação aos aprovados no novo concurso;

c) todas as vantagens e acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão transmitidos para a aposentadoria ou pensão dos dependentes do servidor;

d) o servidor público responde regressivamente perante a administração pública sempre que essa tiver de indenizar o particular em virtude de conduta praticada por aquele.

6. Sobre Poder Constituinte, interpretação constitucional e processo legislativo, assinale a assertiva incorreta:

a) em matéria de aplicabilidade das normas constitucionais, pode-se conceituar as normas de eficácia plena como sendo aquelas em que os interesses foram suficientemente regulados pelo legislador constituinte; contudo, foi deixada margem à atuação restritiva da competência discricionária do legislador infraconstitucional e do Poder Público quanto àquelas normas;

b) segundo a doutrina e jurisprudência do STF, a vedação à alteração do processo legislativo das emendas constitucionais deriva do caráter implícito das cláusulas pétreas, como limites à atuação do constituinte derivado;

c) na aplicação do princípio da interpretação das leis em conformidade com a Constituição, o intérprete deve considerar, no ato de interpretação, o princípio da prevalência da Constituição e o princípio da conservação das normas;

d) o Poder Constituinte pode ser classificado em originário e derivado e este em decorrente e reformador;

7. Sobre a teoria dos direitos fundamentais, julgue as assertivas para ao fim assinalar a opção correta:

I. Os direitos fundamentais têm um conteúdo essencial, insuscetível de supressão, mesmo quando ponderados com outros direitos fundamentais;

II. As normas programáticas são aquelas que não produzem quaisquer efeitos antes de serem regulamentadas pelo legislador, nem o vincula na elaboração das normas infraconstitucionais;

III. Segundo a moderna teoria constitucional, a supremacia do interesse público sobre o particular é insuperável pois prescinde de considerações acerca do caso concreto e de juízos de ponderação entre os direitos fundamentais e outros valores constitucionais pertinentes;

IV. A dimensão objetiva do direito fundamental tem a ver com o seu caráter de valor que fundamenta decisões concretas e serve de diretiva para todos os poderes da República.

a) somente I, II e III estão corretas;

- b) somente III e IV estão corretas;
- c) somente I e IV estão corretas;
- d) todas as assertivas estão corretas.

8. Julgue as assertivas para ao fim assinalar a opção correta:

- I. Lei superveniente não pode reproduzir o mesmo conteúdo de uma disposição normativa declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de controle concentrado de constitucionalidade, porque as decisões proferidas nestas ações de controle concentrado (ADIs e ADCs) possuem efeitos vinculantes para todos os órgãos públicos, inclusive o Poder Legislativo;
- II. No uso de sua competência legislativa concorrente, os Estados não podem legislar sobre normas gerais, mesmo em caso de inércia da União;
- III. Não podem exercer o direito ao voto os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos;
- IV. A autorização prévia do Congresso Nacional para a intervenção federal é um exemplo de mecanismo de freios e contrapesos entre os poderes.

- a) somente I, II e III estão corretas;
- b) somente I e IV estão corretas;
- c) somente III e IV estão corretas;
- d) todas as assertivas estão corretas.

9. Assinale a opção correta:

- a) os direitos sociais constituem normas constitucionais programáticas, servindo apenas de parâmetro ou orientação ao legislador infraconstitucional quando da regulamentação daquelas normas, não podendo ser efetivados mediante ação judicial antes desta regulação;
- b) o regime constitucional de contratação temporária é admitido para as diversas espécies de atividade administrativa, mesmo em se tratando de funções ou cargos com necessidade permanente;
- c) os Tribunais de Contas da União e dos Estados são órgãos de controle interno;
- d) o poder público deve observar, quanto aos direitos à saúde e educação, o direito ao mínimo existencial decorrente do princípio da dignidade humana.

10. Assinale a alternativa incorreta quanto aos direitos fundamentais e sua teoria:

- a) a liberdade de expressão e o direito à informação não podem implicar restrição ao direito à intimidade e à honra das pessoas;
- b) os direitos fundamentais contêm eficácias positiva e negativa;
- c) os direitos fundamentais podem sofrer restrições quanto ao seu conteúdo em virtude do postulado da proporcionalidade;
- d) As ações afirmativas são uma forma de correção das desigualdades para atender o princípio da isonomia.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. Em relação ao disposto na Lei 8666/93, conhecida como a Lei das Licitações, assinale a

alternativa incorreta.

- a) é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial, quando se tratar de profissional especializado para atividade singular, sendo que, para que a contratação direta se legitime, dois critérios têm que ser respeitados, o profissional tem que ser notório e a atividade para o qual foi contratado tem que ser singular.
- b) considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.
- c) configura hipótese de dispensa de licitação a inviabilidade de competição.
- d) convite é única modalidade que a administração toma a iniciativa de chamar os interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, convidados em número mínimo de três. Contudo é possível a participação de outros interessados, desde que manifestem a vontade de participar em até 24 horas antes da data marcada para a apresentação das propostas e estejam devidamente cadastrados na correspondente especialidade.

12. Sobre os princípios que regem a Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, contudo é possível que conste nomes, símbolos ou imagens como forma de identificar uma promoção pessoal de servidor público.
- b) entre os princípios implícitos que regem a Administração Pública está a supremacia do Interesse público sobre o particular, assim é possível sacrificar direito de terceiros ainda que não tenham feito nada, como ocorre, por exemplo da perda compulsória de uma propriedade por razões do interesse público.
- c) o princípio da eficiência, mesmo que não previsto expressamente no ordenamento jurídico, obriga a Administração Pública a manter a qualidade dos serviços que presta e das obras que executa, sob pena de indenização.
- d) o princípio da impessoalidade obriga o Administrador Público a agir de forma neutra, não sendo admissível em nenhuma hipótese o tratamento diferenciado entre os administrados, ainda que seja justificado por razões de interesse público.

13. No que se refere ao acesso aos cargos públicos, assinale a alternativa incorreta:

- a) é entendimento sumulado no Supremo Tribunal Federal que só por Lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.
- b) a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.
- c) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza de complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, sendo inadmissível a nomeações para cargo em comissão, de livre nomeação

e exoneração, se o candidato não for aprovado em processo seletivo simplificado.

d) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

14. Sobre os atributos dos atos administrativos, assinale a alternativa incorreta:

a) a imperatividade é o atributo pelo qual o ato administrativo se impõe a terceiros, de forma unilateral, independente de sua concordância, é atributo que permite ao Poder Público impor obrigações às pessoas, também chamado de “poder extroverso”

b) são atributos do ato administrativo a presunção de legitimidade e veracidade, a imperatividade, a tipicidade, exigibilidade e autoexecutoriedade.

c) de acordo com a doutrina, a autoexecutoriedade tem como fundamento jurídico salvaguardar com rapidez e eficiência o interesse público, o que não ocorria se a cada momento tivesse que submeter suas decisões ao crivo do Poder Judiciário.

d) a autoexecutoriedade afasta a possibilidade de um controle judicial posterior.

15. De acordo com o artigo 2º da Lei 8666/93, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada. De acordo com o regramento estabelecido no mencionado diploma legal, assinale a alternativa correta.

a) é vedado o contrato por prazo de vigência indeterminado.

b) os contratos de prestação de serviço a serem executados de forma contínua poderão durar no máximo 12 meses, correspondente à vigência do crédito orçamentário.

c) são características do contrato administrativo a onerosidade e a informalidade.

d) os contratos administrativos são bilaterais e caracterizados pela horizontalidade, uma vez que as partes envolvidas figuram em posição de igualdade.

16. Com relação à responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta:

a) são requisitos para a responsabilização civil objetiva do Estado a prática de conduta estatal ilícita, dano e nexo de causalidade entre a conduta e o dano, não sendo admitida a responsabilização decorrente de comportamento lícito estatal, salvo com base em previsão legal.

b) de acordo com o STJ, a impossibilidade de empresa concessionária de serviços públicos arcar com indenização referente a prejuízo que deu causa não atrai a responsabilização civil do poder público concedente, salvo tiver concorrido para o evento danoso.

c) a morte de preso no interior de estabelecimento prisional caracteriza conduta omissiva estatal, ensejando direito à indenização, conforme entendimento do STF.

d) nas ações de responsabilização civil do Estado é sempre obrigatória a denúncia à lide do agente público causador do dano, sob pena de comprometimento de direito de regresso do ente público.

17. Assinale a alternativa correta acerca do domínio público.

a) os terrenos da marinha, considerados bens públicos federais, não podem ter seu uso transferido a particulares.

- b) o uso privativo dos bens públicos pode se dar tanto por instrumentos de direito público quanto por instrumentos jurídicos de direito privado.
- c) diferentemente dos bens de uso comum do povo, os bens de uso especial podem ser alienados, mesmo enquanto conservarem a sua qualidade.
- d) as terras devolutas são bens públicos de uso especial que, em regra, integram o patrimônio da União.

18. De acordo com a doutrina, o ato administrativo unilateral, discricionário e precário pelo qual a administração pública consente a utilização privativa de bem público para fins de interesse público é denominado:

- a) permissão de uso de bem público.
- b) autorização de uso de bem público.
- c) concessão de direito real de uso de bem público
- d) cessão de uso de bem público

19. A obrigação que se impõe ao expropriante de oferecer o bem ao expropriado, mesmo após concluído o processo de desapropriação, com o pagamento integral do valor e a incorporação do bem ao poder público, mediante a devolução do valor da indenização, quando o administrador não tiver atribuído ao bem a destinação prevista do decreto expropriatório nem qualquer outra destinação pública, é denominada:

- a) trestinação lícita.
- b) desapropriação indireta.
- c) desistência da desapropriação.
- d) retrocessão.

20. Acerca dos atos de improbidade administrativa, assinale a opção incorreta.

- a) somente configuram atos de improbidade administrativa as condutas que estejam previstas expressamente na lei e que causem dano ao erário.
- b) o sujeito ativo do ato de improbidade é aquele que pratica o ato de improbidade administrativa ou aquele que concorre para sua prática ou dele se beneficia, nos termos da Lei 8429/92.
- c) é possível a responsabilização do estagiário que atua no serviço público, ainda que transitoriamente, remunerado ou não, pela prática de ato de improbidade, conforme decisão da 2ª Turma do STJ.
- d) a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória.

DIREITO PENAL

21. Sobre o crime de furto é correto afirmar:

- a) para a sua caracterização a posse da *res furtiva* deve ser mansa e pacífica.
- b) consuma-se com a posse de fato da *res furtiva*, ainda que por breve espaço de tempo e seguida de perseguição ao agente, sendo prescindível a posse mansa e pacífica.

c) constitui furto simples a subtração de valores existentes em contas bancárias de terceiros, mediante o uso das credenciais (dados dos correntistas e respectivas senhas) capturadas, mediante meio enganoso, por programas informáticos desenvolvidos ou utilizados por *hackers* com essa finalidade.

d) é possível o reconhecimento da continuidade delitiva entre os crimes de furto e roubo.

22. Sobre os crimes da Lei de drogas, pode-se afirmar:

a) com o advento da Lei n. 11.343/2006, houve a descriminalização da conduta de porte de substância entorpecente para consumo pessoal.

b) é possível aplicar o princípio da insignificância para o crime de tráfico ilícito de drogas.

c) não é possível a concessão de liberdade provisória para o crime de tráfico ilícito de drogas.

d) para a caracterização do crime de associação para o tráfico é imprescindível o dolo de se associar com estabilidade e permanência, mesmo para os transportadores das drogas (*mulas*).

23. No que diz respeito à dosimetria da pena é correto afirmar:

a) não constitui *bis in idem* considerar o elevado valor dos tributos sonegados para fins de aumento da pena-base e como causa de aumento de pena prevista no art. 12, I, da Lei 8137/90, que considera a relevância do dano à coletividade (Art. 12. São circunstâncias que podem agravar de 1/3 (um terço) até a metade as penas previstas nos arts. 1º, 2º e 4º a 7º: I - ocasionar grave dano à coletividade);

b) a circunstância judicial da culpabilidade (art. 59 do CP) diz respeito à demonstração do grau de reprovabilidade ou censurabilidade da conduta praticada, que deve ser devidamente fundamentada pelo juiz para fins de exasperação da pena imposta;

c) o prazo de cinco anos entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior afasta os efeitos da reincidência e impede o reconhecimento de maus antecedentes, por força da remissão do condenado;

d) o registro decorrente da aceitação de transação penal ou suspensão condicional pelo acusado pode ser considerado para aumento da pena-base acima do mínimo legal, em razão de maus antecedentes.

24. Marque a alternativa correta:

a) o princípio da insignificância é inaplicável aos crimes cometidos contra a Administração Pública, ainda que o valor seja irrisório, porquanto a norma penal busca tutelar não somente o patrimônio, mas também a moral administrativa.

b) a reparação do dano antes do recebimento de denúncia não exclui o crime de peculato culposos.

c) haverá sempre bilateralidade entre os crimes de corrupção passiva e ativa, a despeito de estarem previstos em tipos penais distintos e autônomos.

d) no crime de corrupção passiva a percepção da vantagem indevida é imprescindível para a sua caracterização.

25. MANOEL, trabalhador rural, sem ter a idade mínima para a obtenção do benefício de aposentadoria, após o indeferimento de pedido junto ao INSS, solicita a NICOLAU, amigo seu, servidor do INSS não encarregado da alimentação de dados no sistema de concessão, a alteração da data de seu nascimento, prometendo pagar em favor do funcionário público as três primeiras

parcelas do benefício previdenciário. Aproveitando-se do descuido de ARQUIBALDO, gerente do posto do INSS, NICOLAU altera a data de nascimento de MANOEL no sistema informático, de forma a que atinja a idade mínima prevista na lei de benefícios previdenciários. No final do expediente ARQUIBALDO, inadvertidamente, homologa o tempo de serviço e concede o benefício. Não veio a ser realizado qualquer pagamento pelo INSS, uma vez que a auditoria do sistema detectou a alteração indevida. Diante desses fatos, pode-se afirmar:

- a) MANOEL praticou o crime de corrupção ativa e de estelionato, este último na forma tentada, enquanto NICOLAU incorreu nos crimes de corrupção passiva privilegiada e inserção de dados falsos em sistema de informação. ARQUIBALDO não praticou nenhum crime;
- b) MANOEL praticou apenas o crime de estelionato, na forma tentada, não se tendo consumado a corrupção ativa já que não houve o pagamento de qualquer vantagem. NICOLAU praticou apenas o crime de tentativa de estelionato, na forma tentada e ARQUIBALDO, por não ter agido com o zelo exigível para as suas elevadas funções, o crime de estelionato tentado, na forma culposa;
- c) MANOEL praticou os crimes de corrupção ativa e de estelionato, este último na forma tentada, enquanto NICOLAU incorreu nos crimes de corrupção passiva qualificada e estelionato, na forma tentada, não se podendo cogitar do crime de inserção de dados falsos em sistema de informação, uma vez que NICOLAU não era autorizado a inserir dados no sistema. ARQUIBALDO não praticou nenhum crime;
- d) MANOEL praticou os crimes de corrupção ativa e de estelionato, os dois na forma tentada, enquanto NICOLAU incorreu nos crimes de corrupção passiva e estelionato, ambos na forma tentada, não se podendo cogitar do crime de inserção de dados falsos em sistema de informação, uma vez que NICOLAU não era autorizado a inserir dados no sistema. ARQUIBALDO não praticou nenhum crime.

26. Sobre a prescrição penal, é correto afirmar:

- a) o prazo prescricional, para os crimes previstos no art. 1º, I a IV, da Lei n. 8.137/90 (lei dos crimes contra a ordem tributária), inicia-se com a constituição definitiva do crédito tributário.
- b) o prazo prescricional, para os crimes previstos no art. 1º, I a IV, da Lei n. 8.137/90 (lei dos crimes contra a ordem tributária), inicia-se com o não recolhimento do tributo suprimido ou reduzido, observado o fato gerador respectivo.
- c) considerando a natureza objetiva da prescrição, a interrupção dos prazos prescricionais sempre produz efeitos relativamente a todos os autores do crime;
- d) são reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 60 (sessenta) anos, conforme previsto no Estatuto do Idoso.

27. Em relação ao concurso de crimes, assinale a alternativa correta:

- a) o roubo praticado contra vítimas diferentes em um único contexto configura crime único.
- b) o benefício da suspensão condicional do processo não é cabível em relação às infrações penais cometidas em concurso material ou concurso formal, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de 01 (um) ano. A continuidade delitiva, por seu turno, não impede a concessão do benefício, ainda que acarrete pena mínima superior a 01 (um) ano.
- c) no concurso de crimes, o cálculo da prescrição da pretensão punitiva é feito considerando cada

crime isoladamente, não se computando o acréscimo decorrente do concurso formal, material ou da continuidade delitiva.

d) BENÍCIO obtém benefício previdenciário fraudulentamente, mediante a utilização de documentos falsos atestando a atividade rural. O benefício é pago, mensalmente, no período de 01/05/2014 a 01/08/2018, quando a fraude vem a ser descoberta e o pagamento é suspenso. Os diversos pagamentos constituem diversos crimes de estelionato, em concurso formal.

28. JOÃO, empresário do ramo de supermercados, com a ajuda dos seguranças da sua loja, suspeitando ser o cliente de nome ROMÁRIO o autor de diversos furtos de mercadorias nos últimos dias, conduz a referida pessoa à sala frigorífica do estabelecimento, mantendo-o detido no frio por várias horas. Após, esse tempo, adentra na sala fortemente armado e tenta obter de ROMÁRIO a confirmação de autoria sobre os crimes que vêm sendo praticados. Sobre a conduta de JOÃO, é correto afirmar:

- a) não constitui o crime de tortura, uma vez que JOÃO não é funcionário público;
- b) constitui o crime de tortura, uma vez que o particular também pode ser sujeito ativo do crime, nessa modalidade.
- c) constitui apenas o crime de cárcere privado;
- d) constitui crime de tortura castigo, em concurso material com o crime de cárcere privado.

29. MESSIAS, funcionário da empresa contratada pelo Banco Central para realizar a triagem de cédulas com defeito de fabricação, atividade finalística de setor daquela autarquia, subtraiu para si dezenas de cédulas de R\$ 100,00 separadas para fins de inutilização. A conduta de MESSIAS:

- a) corresponde ao crime de furto simples
- b) corresponde ao crime de furto qualificado, pelo abuso de confiança;
- c) é atípica, uma vez que as cédulas já iriam ser inutilizadas;
- d) corresponde ao crime de peculato, uma vez que no caso MESSIAS equipara-se a funcionário público e é irrelevante para esse crime o valor dos bens subtraídos.

30. BOSCO pretendia matar LICURGO, que estava namorando sua ex-esposa BÁRBARA. Em determinada noite, BÁRBARA estava acompanhada do cunhado LEONARDO, que tinha muitas semelhanças físicas com LICURGO. Acreditando ser o desafeto, BOSCO efetua diversos disparos de arma de fogo, vindo a matar LEONARDO. Considerando a situação narrada, assinale a opção que indica o crime que deve ser imputado a BOSCO:

- a) homicídio consumado, considerando-se para a tipificação do crime as características relativas a LICURGO, pois houve erro na execução.
- b) homicídio consumado, considerando-se para a tipificação do crime as características de LEONARDO.
- c) crime de homicídio preterdoloso, uma vez que não era intenção de BOSCO matar LEONARDO.
- d) tentativa de homicídio contra LICURGO e homicídio culposo contra LEONARDO.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

31. Sobre a transação penal marque o item correto:

- a) diante do princípio da oralidade e segundo o procedimento da Lei 9.099/95, a transação penal somente pode ser apresentada de forma oral pelo membro do Ministério Público.
- b) não concordando com a proposta de transação penal feita pelo membro do Ministério Público, pode o Juiz apresentar proposta substitutiva que, se aceita pelo suposto autor do fato, será homologada.
- c) o STF já decidiu que a sentença homologatória de transação penal não faz coisa julgada, o que permitiria a propositura de ação penal em caso de descumprimento dos termos do acordo, o que resultou na Súmula Vinculante 35.
- d) segundo a jurisprudência atual do STJ, em caso de conexão ou continência de crimes, devem ser somadas as penas máximas dos crimes e somente quando a soma não ultrapassasse dois anos será cabível a transação penal.

32. Sobre o Inquérito policial, marque a opção correta.

- a) de acordo com a Resolução do Conselho de Justiça Federal nº 63, de 26 de junho de 2009, os inquéritos policiais com requerimento de prorrogação, em regra, serão encaminhados apenas uma vez para justiça para fins de registro. Depois desse registro, a tramitação será feita diretamente entre o MPF e a Polícia Federal, sem necessidade de intervenção do poder judiciário.
- b) o inquérito policial é um procedimento contraditório, presidido pelo Delegado de Polícia, por meio do qual se busca coletar elementos informativos para comprovação da materialidade e da autoria de crime, objetivando possibilitar o oferecimento de denúncia ou queixa-crime.
- c) segundo o art. 10 do CPP, o inquérito policial deve ser concluído no prazo de 10 dias se o indiciado estiver preso, ou em 30 dias se estiver solto. Ao final deste prazo, compete à autoridade policial fazer um relatório e encaminhar os autos ao juiz competente. Não sendo concluído o inquérito policial no prazo legal, o investigado preso deve, necessariamente, ser posto em liberdade por excesso de prazo.
- d) ainda que, em regra, o inquérito policial deva ser presidido por Delegado de Polícia, em locais onde não exista Delegado de Polícia, em caráter excepcional, o inquérito poderá ser presidido por agente de polícia.

33. Marque o item correto:

- a) segunda a doutrina, “provas enquanto meio” e “provas enquanto atividade probatória” são conceitos similares que podem ser definidos como desdobramento do direito à ação, consistindo em atos que tendem a influenciar a convicção do julgador sobre a existência ou não de um fato.
- b) segundo o princípio da liberdade das provas, no processo penal, podem, sem exceção, ser utilizados quaisquer meios de provas, mesmo que não previstos em lei, desde que não sejam ilegais, inconstitucionais ou imorais.
- c) o *Nemo tenetur se detegere* garante que ninguém seja obrigado a produzir ou contribuir com a produção de prova contra si. Mais abrangente que o direito ao silêncio (art 5.º, LXIII da CF), no Brasil é tratado pela jurisprudência como um princípio absoluto. Visa proteger o investigado/réu, mas se estende à testemunha e mesmo à vítima que, ouvidas no processo, podem se recusar a falar (e produzir prova) sobre questão que possa incriminá-la.
- d) o CPP diferencia os conceitos de prova ilícita (a que viola norma material) do de prova e ilegítima (a que viola norma processual).

34. Sobre os princípios recursais no Processo Penal, marque a opção correta:

- a) sobre o princípio do duplo grau de jurisdição, segundo o STF, trata-se de garantia constitucional implícita de natureza absoluta.
- b) segundo jurisprudência do STF, o princípio *non reformatio in pejus* não impede que o tribunal, em recurso exclusivo da defesa, reconheça a agravante que, apesar de constar da sentença, não foi considerada na aplicação da pena, ainda que não possa aumentar a pena imposta ao recorrente.
- c) o princípio da fungibilidade autoriza o conhecimento e julgamento de recurso errado, como se o correto fosse, interposto fora do prazo do recurso correto, desde que não haja má-fé do recorrente e não se trate de erro grosseiro.
- d) o princípio da dialeticidade recursal está presente no processo penal e impede o conhecimento de qualquer recursos quando o recorrente não informe os motivos que justificam a revisão da decisão.

35. Sobre a execução penal e seus incidentes, marque a opção correta:

- a) segundo jurisprudência atual do STF, o preso condenado ao regime inicial semiaberto deve cumprir, pelo menos, 1/6 da pena para ter direito ao benefício do trabalho externo.
- b) são legitimados para requer o processo de transferência de preso para presídio federal a autoridade administrativa, o Ministério Público e o próprio preso, não podendo em hipótese nenhuma o juiz federal autorizar a transferência antes da oitiva das partes.
- c) o STJ não tem admitido a substituição do agravo em execução pela impetração de HC, salvo quando houver ilegalidade manifesta que possa ser constatada sem depender de análise probatória
- d) as decisões do juízo de execuções penais são impugnadas por meio do recurso agravo em execução que, ao contrário do recurso em sentido estrito, não possui o chamado efeito regressivo, ou seja, não resulta na devolução da matéria impugnada para nova análise pelo mesmo órgão jurisdicional responsável pela decisão recorrida, para que possa fazer um juízo de retratação.

36. Sobre os recursos no processo penal, marque a opção correta:

- a) os embargos de declaração são considerados um recurso *inaudita altera parte*, o que sempre torna desnecessário ouvir a parte contrária.
- b) segundo a Súmula 160 do STF, é sempre nula a decisão do Tribunal que acolhe contra o réu nulidade não arguida no recurso da acusação.
- c) a delimitação do âmbito recursal na apelação é feita pelas razões recursais que podem ser oferecidas no juízo *a quo* ou diretamente no juízo *ad quem*.
- d) os embargos infringentes, no âmbito do STF e segundo o Regimento Interno do STF, dependem da existência, no mínimo, de quatro votos divergentes, salvo nos casos de julgamento criminal em sessão secreta. No caso de competência originária de suas turmas, são necessários apenas dois votos divergentes para possibilitar a interposição de embargos infringentes.

37. Marque a opção correta sobre o procedimento do tribunal do júri.

- a) como no procedimento do tribunal do júri a sentença é lida em plenário, o prazo recursal começa a contar imediatamente, mesmo em relação ao réu que intimado para sessão de julgamento do júri não esteja presente.
- b) ainda que o art. 421 do CPP condicione a realização de julgamento pelo tribunal do júri à preclusão da decisão de pronúncia (Art. 421. Preclusa a decisão de pronúncia, os autos serão

encaminhados ao juiz presidente do Tribunal do Júri), em recente decisão, a Segunda Turma do STF autorizou o juiz presidente de tribunal do júri a realizar julgamento de réu, preso há cinco anos, antes da conclusão do julgamento de recurso especial e/ou extraordinário, interposto contra decisão de pronúncia.

c) o efeito prodrômico impede que, em caso de recurso exclusivo da defesa, caso o órgão *ad quem* decida por anular a decisão recorrida e determine a proferição de nova decisão, a nova decisão imponha situação mais prejudicial ao réu. Este princípio se aplica ao procedimento do tribunal do júri, ou seja, em segundo julgamento, o conselho de sentença não pode piorar a situação do réu.

d) diante do princípio da soberania dos veredictos do júri, não é cabível apelação na segunda fase do procedimento do tribunal do júri.

38. Marque a opção correta sobre coisa julgada.

a) o STF já reconheceu a possibilidade de nova denúncia em que se atribui a condição de partícipe em face de agente que foi absolvido como coautor. Segundo STF seriam imputações diferentes.

b) somente incide coisa julgada em relação àquele a quem se atribui o fato criminoso na respectiva ação. Nesse sentido, a absolvição definitiva de um dos agentes nunca tem efeito sobre o processo de outro.

c) a coisa julgada gera efeitos sobre o descrito na denúncia/queixa, assim como sobre questões prejudiciais e fundamentação da decisão.

d) havendo trânsito em julgado de decisão que reconhece a extinção da punibilidade com base em certidão de óbito falsa, segundo o STF, não é possível retomar o processo original ou propor revisão criminal, restando apenas processar o suposto morto pela falsidade.

39. Sobre prisões no processo penal, marque o item correto.

a) em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva e temporária decretada pelo juiz, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.

b) somente será cabível prisão temporária se estiverem presentes, de forma cumulativa, os seguintes requisitos:

I - quando imprescindível para as investigações do inquérito policial;

II - quando o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade;

III - quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos crimes indicados na Lei 7.960/1989.

c) a prisão preventiva nunca poderá ser decretada se o juiz verificar pelas provas constantes dos autos ter o agente praticado o fato nas condições previstas nos incisos I, II e III do caput do art. 23 do Código Penal.

d) a prisão preventiva somente poderá ser decretada nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos;

40. Marque o item correto.

a) havendo conexão entre crime sujeito ao procedimento ordinário e crime sujeito ao procedimento sumaríssimo, haverá necessariamente desmembramento dos feitos para que possa o agente se beneficiar da transação penal.

- b) viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.
- c) a suspensão condicional do processo, previsto no art. 89 da Lei 9.099/95, somente se aplica aos processos que tramitam nos juizados especiais criminais.
- d) no processo penal, a falta da defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulara se houver prova de prejuízo para o réu.

DIREITO CIVIL

41. Com base na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, assinale a opção correta.

- a) ato jurídico perfeito é aquele que está em consonância com as regras, costumes e princípios gerais vigentes.
- b) haverá repristinação quando uma norma revogada, mesmo tendo perdido a sua vigência, for aplicada para reger situações ocorridas à época de sua vigência.
- c) o conhecimento da lei estrangeira é dever do magistrado, não podendo o juiz exigir de quem a invoca a prova do texto nem de sua vigência.
- d) uma norma jurídica pode ser expressa ou tacitamente revogada. Diz-se que há revogação expressa quando a lei nova declarar, em seu texto, o conteúdo da lei anterior que pretende revogar, enquanto que a revogação tácita ocorre sempre que houver incompatibilidade entre a lei nova e a antiga, pelo fato de a lei nova regular a matéria tratada pela anterior.

42. Em relação às pessoas jurídicas, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) as cooperativas têm natureza jurídica de pessoa jurídica de direito privado.
- b) existem direitos e obrigações recíprocas entre associados.
- c) decaem em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado.
- d) a pessoa jurídica se responsabiliza pelos atos praticados por seus administradores, desde que esses atos sejam exercidos nos limites dos poderes estabelecidos no ato constitutivo.

43. Na cidade de Crateús/CE, Dona Rosinha foi à feira e viu um cartaz com os seguintes dizeres: “Compre aqui o melhor chá de toda a região”. Como apreciadora de chá que é há muito tempo, Rosinha comprou o chá do sobredito vendedor, mas, ao chegar em casa, verificou que o mesmo tinha péssima qualidade. Voltou então ao vendedor e quis devolvê-lo sob o argumento de que não era o melhor chá da região, pois ela já havia tomado outros bem melhores. O vendedor se recusou a devolver o dinheiro.

Levando em consideração a situação exposta, e os defeitos do negócio jurídico previstos no Código Civil, marque a alternativa correta.

- a) Rosinha incorreu na figura do erro, pois acreditou realmente que era o melhor chá da região. Neste caso, o negócio jurídico é nulo, e ela deve procurar o Ministério Público para fazer valer seus direitos.
- b) ocorreu a figura da simulação por parte do vendedor, já que, ao colocar tais dizeres, induziu Rosinha a comprar o chá.
- c) na hipótese, aconteceu o chamado dolo bom, que, em regra, não invalida o negócio jurídico, pois

se trata de exagero aceito socialmente.

d) ocorreu a figura da lesão, pois Rosinha foi lesada pelo vendedor, devendo ser ressarcida do valor integral do chá mais perdas e danos.

44. Considere as situações abaixo expostas e marque a alternativa correta.

a) em uma discussão no trabalho, Natália xingou Germana. Como se trata de dano exclusivamente moral, tal situação não se afigura ato ilícito.

b) correndo o risco de ser atropelado, Amauri, que não prestava atenção na rua, é empurrado por Carlos em direção ao carro do primeiro, que estava estacionado. Ao bater no carro, Amauri quebrou o vidro e se feriu. Nesta situação, Carlos cometeu ato ilícito, devendo ressarcir Amauri de todos os danos.

c) rosa discute com Andréia no trabalho e é agredida pela mesma. Em resposta, a derruba no chão, no que Andréia acaba quebrando o braço. Nesta situação, por ter cometido ato ilícito, Rosa tem que pagar as despesas médico-hospitalares de Andréia.

d) Livia vai ao Burger King e, se aproveitando da benesse do “refill” do refrigerante, leva um galão de 20 litros para encher de coca-cola. Quando o funcionário se aproxima, ela fala que é um direito seu, e que não há qualquer proibição à conduta. Nesta situação, Livia cometeu ato ilícito.

45. Leonardo sofreu um sequestro e foi obrigado, sob coação moral irresistível, durante o tempo que ficou em poder dos bandidos, a realizar diversos saques de sua conta-corrente e empréstimos em seu nome. Cessados os atos de coação, é correto afirmar que Leonardo terá 4 anos de prazo:

a) decadencial para alegar a nulidade relativa dos atos e negócios praticados sob coação.

b) decadencial para alegar a nulidade absoluta dos atos e negócios praticados sob coação.

c) prescricional para alegar a inexistência dos atos e negócios praticados sob coação.

d) prescricional para alegar a inexistência dos atos e negócios praticados sob coação.

46. Segundo o Código Civil, NÃO se caracteriza como direito real:

a) a propriedade

b) a anticrese

c) a concessão de direito real de uso

d) a posse

47. Sobre o instituto da posse, marque a alternativa correta:

a) considera-se possuidor apenas aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de todos os poderes inerentes à propriedade.

b) o detentor pode, no interesse do possuidor, exercer a autodefesa do bem sob seu poder.

c) é impossível a conversão da detenção em posse, sem exceção.

d) a posse pode ser adquirida por terceiro sem mandato, independente de ratificação.

48. Assinale a alternativa INCORRETA sobre a propriedade:

a) na descoberta, o descobridor responde pelos prejuízos causados ao proprietário ou possuidor legítimo, quando tiver procedido com dolo ou culpa.

- b) adquire a propriedade do imóvel, através da usucapião, aquele que, contínua e incontestadamente, com justo título e boa-fé, o possuir por dez anos.
- c) o Código Civil Brasileiro, inspirado no Código Civil Alemão, prevê o chamado usucapião tabular.
- d) a propriedade presume-se plena e exclusiva, até prova em contrário.

49. Sobre contratos, marque a alternativa INCORRETA:

- a) quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas, deve-se adotar a interpretação mais favorável ao aderente.
- b) é lícita às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas no Código Civil.
- c) pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.
- d) a liberdade de contratar deve ser exercida obedecendo, dentre outros limites estabelecidos em lei, o da função social do contrato.

50. De acordo com Código Civil, NÃO é causa de extinção do contrato:

- a) o distrato.
- b) a cláusula resolutiva.
- c) a cláusula de preempção.
- d) a resolução por onerosidade excessiva.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

51. No que diz respeito aos princípios reitores do processo civil brasileiro e, mais especificamente, à cooperação jurídica internacional, como regulada em nosso país, apenas é correto afirmar-se que:

- a) é impossível concretizar-se a cooperação, entre o Brasil e outro país, quando inexistir tratado específico, haja vista a necessidade de regulamentação diplomática das relações do Estado Brasileiro com outros países.
- b) em qualquer caso será possível a cooperação, ainda na ausência de tratado, desde que fundamentada em promessa de reciprocidade.
- c) é possível a cooperação, ainda na ausência de tratado, desde que fundamentada em promessa de reciprocidade, ressalvada a homologação de sentença estrangeira, hipótese em que a reciprocidade é dispensada.
- d) terá como autoridade central, necessariamente, o Ministério da Justiça.

52. Em tema de competência, apenas está correta a afirmação de que:

- a) determina-se no momento em que a petição inicial é distribuída, fixando-se inalteravelmente, por força do fenômeno da *perpetuatio iurisdictionis*, que impede modificações posteriores.
- b) no âmbito da competência jurisdicional federal, a incompetência será sempre relativa, não se cogitando de incompetência absoluta em razão de ser a jurisdição comum compartilhada entre juízes federais e juízes de direito estaduais.
- c) a arguição da incompetência será feita mediante exceção, em petição distinta da contestação, no

prazo improrrogável de quinze dias, salvo quando for hipótese de que o juiz deva conhecer de ofício, caso em que a alegação de incompetência escapa à preclusão.

d) intervindo a União em processo que tramite perante juízo estadual, os autos serão remetidos ao juízo federal competente, ressalvadas as hipóteses de falência e insolvência civil, assim como as causas submetidas à jurisdição especializada.

53. Tratando-se das partes no processo civil, apenas é correto afirmar-se que:

a) verificada a incapacidade processual, o juiz deverá extinguir o processo, de ofício ou por provocação do interessado, à míngua de pressuposto processual de validade.

b) nos casos de intervenção de terceiros, ao ingresso do interveniente corresponderá, se a intervenção não for voluntária, a extromissão daquele que ostentava, invalidamente, a condição de parte.

c) o fato de o litisconsórcio ser de natureza necessária, quanto à obrigatoriedade de sua formação, não significa que terá, obrigatoriamente, caráter unitário, quanto à uniformidade da decisão.

d) havendo litigância de má-fé, a parte maliciosa será condenada a pagar multa à parte adversa, no valor de 1 (um) a 10 (dez) por cento do valor corrigido da causa.

e) nenhuma das respostas anteriores.

54. Quanto ao Ministério Público, na jurisdição civil brasileira, apenas é correto afirmar-se que:

a) intervindo como fiscal da ordem jurídica, será intimado de todos os atos do processo, podendo produzir provas e requerer medidas de urgência, bem como recorrer, ainda que autor e réu não o façam.

b) atuará ou como fiscal da ordem jurídica ou como autor, mas não na qualidade de réu, mesmo quando seus agentes cometam erros, hipótese esta, em que responde a União ou o Estado-membro, conforme o caso.

c) se não for parte no processo, nele intervirá, necessariamente, como fiscal da ordem jurídica, não lhe cabendo a atuação como terceiro interveniente.

d) na jurisdição coletiva, não poderá litisconsorciar-se, dada a natureza disjuntiva da legitimação ativa, na espécie.

55. Em relação ao ato processual, apenas é correto afirmar-se que:

a) não serão praticados atos processuais durante as férias forenses e nos feriados, ressalvadas, entre outras hipóteses de excepcionais, as citações e intimações, as penhoras e os atos pertinentes à tutela de urgência.

b) sentença é ato do juiz de primeira instância, que encerra o processo, com ou sem resolução do mérito da causa.

c) quando a lei for omissa, então o prazo processual será automaticamente de 5 (cinco) dias úteis.

d) para a validade do processo, a citação será sempre indispensável, ressalva feita, exclusivamente, à hipótese de indeferimento do pedido.

56. No que concerne à petição inicial no juízo cível de primeiro grau, é apenas correta a afirmação de que:

a) ou será recebida, ou será determinada sua emenda, ou será indeferida de plano, mas nunca poderá

o juiz conhecer e julgar o mérito da causa, antes de ouvido o réu, em respeito ao direito processual fundamental ao contraditório.

b) seria correta a afirmação precedente – constante do item *a* – se feita a ressalva de que o contraditório pode ser diferido, isto é, adiado, nas situações de tutela de urgência.

c) seria correta a afirmação precedente – constante do item *b* – se feita a ressalva de que o contraditório pode ser diferido, isto é, adiado, nas situações de tutela de urgência e de evidência.

d) não seriam corretas, em qualquer caso, as afirmações dos itens *b* e *c*, porque além da possibilidade de concessão de liminar *inaudita altera parte*, o vigente Código de Processo Civil admite hipótese de concessão de tutela final de mérito sem contraditório imediato.

57. Em tema de revelia e de suas consequências no processo, apenas é incorreta a afirmação de que:

a) em sendo revel o réu preso, o juiz nomear-lhe-á curador *ad litem*, recaindo a função sobre defensor público, onde houver.

b) em caso de pedido parcialmente incontroverso, o juiz proferirá julgamento antecipado parcial do mérito, mediante sentença, prosseguindo-se apenas em relação à parte controvertida da causa.

c) a intimação do revel será, a partir da revelia, feita através de simples publicação no diário oficial, desde aí passando a fluir os prazos processuais.

d) não se produzirá o efeito material da revelia se, em litisconsórcio passivo unitário, algum dos réus oferecer contestação tempestiva.

58. Sobre a audiência no processo civil, nos moldes da vigente codificação de 2015, apenas é correto afirmar-se que:

a) tratando-se da audiência de conciliação e mediação, será presidida por conciliador, preferencialmente, quando entre as partes já existe prévio relacionamento, e por mediador, preferencialmente, quando esse relacionamento anterior inexistir.

b) cuidando-se de audiência de justificação prévia para concessão da tutela de urgência, intimar-se-á apenas o autor, quando houver perigo de que a oitiva do réu torne a medida ineficaz.

c) tratando-se de audiência de saneamento do processo, a intimação das partes será obrigatória, podendo o autor e o réu fazerem-se representar por prepostos, dotados de poderes para transigir.

d) cuidando-se de audiência de instrução e julgamento, a gravação em imagem e áudio, pela parte, dependerá de autorização do juiz.

59. No que se relaciona ao sistema de precedentes judiciais adotado pela codificação processual civil em vigor, apenas é correta a afirmação de que:

a) o precedente vincula os juízes de primeiro grau, nos casos previstos em lei, mas não é de observância obrigatória para os órgãos de segundo grau.

b) o precedente vincula os juízes de primeiro grau e os órgãos de segundo grau, nos casos previstos em lei, mas não é de observância obrigatória para a Corte Superior de que emana e em que foi firmado.

c) o precedente vincula os juízes de primeiro grau, os órgãos de segundo grau e a própria Corte Superior de que emana e em que foi firmado, nos casos previstos em lei, mas pode ser alterado, com ou sem modulação de seus efeitos.

d) o precedente vincula os juízes de primeiro grau, os órgãos de segundo grau e a própria Corte Superior de que emana e em que foi firmado, nos casos previstos em lei, mas, em caso de alteração,

impõe-se a modulação de seus efeitos, em respeito à segurança jurídica dos jurisdicionados.

60. Em tema de impugnação das decisões judiciais, na jurisdição civil, apenas é correta a afirmação de que:

- a) a impugnação por via de ação rescisória é cabível em relação a sentenças, acórdãos e interlocuções de mérito, após o respectivo trânsito em julgado, no prazo de 2 (dois) anos.
- b) a impugnação pela via recursal tanto pode-se dar voluntariamente, como de forma compulsória, nas hipóteses de remessa oficial, para reexame necessário.
- c) a impugnação por via recursal pode-se dar apenas voluntariamente, seja por recursos de natureza ordinária, sempre dirigidos à segunda instância, seja por recursos extraordinários, dirigidos ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal.
- d) a impugnação por via recursal pressupõe coincidência entre o mérito da causa e o mérito do recurso interposto.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ
COMISSÃO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE ESTÁGIO

Gabarito Rascunho									
DIREITO CONSTITUCIONAL									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
DIREITO ADMINISTRATIVO									
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
DIREITO PENAL									
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
DIREITO PROCESSUAL PENAL									
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
DIREITO CIVIL									
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
DIREITO PROCESSUAL CIVIL									
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

CANDIDATO

INSCRIÇÃO